

Despacho nº 1/2019
Alterações de posição remuneratória e recrutamento de novos postos de trabalho para 2019

Nos termos previstos no artigo 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20/06, compete ao dirigente máximo, no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento, tomar decisões nos seguintes domínios:

1. Alterações de posição remuneratória:

Considerando o disposto no nº 3 do artigo 16º da Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado de 2019, são permitidas alterações gestionárias de posicionamento remuneratório, nos termos do 158º da Lei Geral em Funções Públicas.

Assim, decido prever a seguinte dotação máxima para atribuição de realização de alterações gestionárias de posicionamento remuneratório, na seguinte rubrica:

- Dotação máxima na rubrica 01.01.03.C0: 18.000,00€.

A aplicação depende da autorização prévia do Ministro das Finanças às alterações necessárias para dotar a rubrica 01.01.03.C0, nos termos da alínea i) do ponto 38 da Circular Série A nº 1391 da DGO, de 18 de janeiro.

2. Recrutamento de novos postos de trabalho

Considerando o disposto no nº 2 do artigo 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções é prevista a seguinte dotação máxima a despendar com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal 2019 do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências aprovado.

- Dotação: 238.713,73€

Nos termos do nº 5 do artigo 158º da Lei Geral em Funções Públicas, o presente despacho é tornado público por afixação em local próprio do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e na página eletrónica.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2019

O Diretor Geral,



João Castel-Branco Goulão